

DOSSIÊ TEMÁTICO

COVID-19

Compilação legislativa Europeia, Nacional e Regional

De 2021-04-01 a 2021-04-30

Jurisprudência

Compilação legislativa Europeia – Adenda 2021-03-31



FICHA TÉCNICA

Título: DOSSIÊ TEMÁTICO: COVID-19: Compilação legislativa Europeia, Nacional e Regional: de 2021-04-01 a 2021-04-30; Jurisprudência.

Adenda à Compilação legislativa Europeia de 2021-03-31

Administração Interna / Secretaria-Geral

Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas

Divisão de Documentação e Arquivo

Sumário

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>4</u>
<u>I – LEGISLAÇÃO</u>	<u>7</u>
<u>0. QUADRO NORMATIVO EUROPEU.....</u>	<u>7</u>
<u>1. QUADRO NORMATIVO EUROPEU.....</u>	<u>9</u>
<u>2. QUADRO NORMATIVO NACIONAL</u>	<u>18</u>
<u>2.1. DIÁRIO DA REPÚBLICA</u>	<u>18</u>
<u>2.1.1. ATOS LEGAIS INTERMINISTERIAIS COM A ADMINISTRAÇÃO INTERNA.....</u>	<u>18</u>
<u>2.1.2. ATOS LEGAIS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</u>	<u>20</u>
<u>3. JORNAL OFICIAL DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES.....</u>	<u>27</u>
<u>4. JORNAL OFICIAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA.....</u>	<u>36</u>
<u>II – JURISPRUDÊNCIA.....</u>	<u>39</u>

INTRODUÇÃO

COVID-19 (do inglês Coronavirus Disease 2019) é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), tendo sido identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China.

O surto inicial propagou-se e deu origem a uma pandemia global, gerando uma crise sanitária com fortes implicações económicas e sociais ao nível mundial.

Face a esta ameaça muitos Estados decretaram situação de Estado de Emergência, ou similar, e a obrigação de cumprimento de afastamento social por parte dos cidadãos, por forma a limitar o contágio e o alastramento da doença. Em Portugal o Estado de Emergência foi declarado no dia 18 de março, através do [Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020](#), e manteve-se até ao dia 2 de maio, tendo sido renovado por duas vezes, através dos Decretos do Presidente da República [n.º 17-A/2020](#), de 2 de abril e [n.º 20-A/2020](#), de 17 de abril.

A partir de 3 de Maio, face à evolução positiva na contenção da pandemia em Portugal, passou a vigorar a Situação de Calamidade, declarada através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020](#), de 30 de abril, que previa três fases de desconfinamento: (1) uma fase que se iniciou a 30 de abril de 2020 e vigorou até 17 de maio; (2) uma fase subsequente, estabelecida pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020](#), de 17 de maio, que se iniciou a 18 de maio de 2020 e que terminou a 31 desse mês; e (3) outra fase prevista para o período entre 1 e 14 de junho, expressa na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020](#), de 29 de maio.

Terminada a 3.ª fase de desconfinamento, e mantendo-se a necessidade, por razões de saúde pública, de observar regras de ocupação, permanência e distanciamento físico, bem como regras de higiene e, ainda, de manter em vigor medidas excecionais e específicas quanto a atividades relativas aos estabelecimentos de comércio a retalho, de prestação de serviços, estabelecimentos de restauração e ao acesso a serviços e edifícios públicos, o Governo entendeu manter a Situação de Calamidade, prorrogando a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020](#), de 29 de maio, através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020](#), de 12 de junho, que vigorou entre 15 e 30 de junho.

Durante o mês de julho verificou-se uma tendência decrescente do número de novos casos da doença na maioria das regiões do território nacional, no entanto, persistiu uma incidência em algumas áreas da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Devido a esta assimetria na evolução da pandemia, entre 1 e 31 de julho vigorou uma Situação de Calamidade, Contingência e Alerta, declarada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020](#), de 26 de junho e pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020](#), de 14 de julho.

No mês de Agosto o governo manteve a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, declarada sucessivamente pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020](#), de 31 de julho, alterada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2020](#), de 14 de agosto e pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2020](#), de 28 de agosto.

O crescimento de novos casos diários de contágio da doença, a partir de Setembro, e o início do ano letivo escolar, com o aumento expectável de pessoas em circulação, ditou a adoção de medidas mais restritivas, que se traduziram na Declaração da Situação de Contingência para todo o país, através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020 de 11 de setembro](#), que viria a ser prorrogada até 14 de outubro pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2020, de 29 de setembro](#).

No entanto, o agravamento da situação epidemiológica em Portugal a partir de meados do mês

de outubro, ditou a adoção de medidas mais duras, tendo sido declarada a Situação de Calamidade, através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020 de 14 de outubro](#), a qual viria a ser alterada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020, de 26 de outubro](#).

A evolução da pandemia COVID-19, assim como as lições dela retiradas, exigiu a declaração do Presidente da República do Estado de Emergência de âmbito muito limitado e de efeitos largamente preventivos, através do [Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 6 de novembro](#), que garantisse a segurança jurídica das medidas adotadas ou a adotar pelas autoridades competentes para a correspondente prevenção e resposta, em domínios como os da convocação de recursos humanos para rastreio, do controlo do estado de saúde das pessoas, da liberdade de deslocação e da utilização de meios do setor privado e social ou cooperativo. Esta declaração do Estado de Emergência viria a ser renovada por um período igual de mais 15 dias, através do [Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020 de 20 de novembro](#).

Por [Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020, de 4 de dezembro](#), foi renovada a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, que veio a terminar no dia 23 de dezembro de 2020.

Tendo em consideração o aproximar do Natal e do Ano Novo, foi renovada a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, pelo [Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020, de 17 de dezembro](#). Renovação que habilitou o Governo a efetivar as medidas para esse novo período até 7 de janeiro de 2021.

Verificando-se a continuidade da situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19, e, não sendo possível realizar antes de meados de janeiro uma nova reunião com os especialistas com dados significativos da evolução daquela, foi considerado necessário renovar o estado de emergência por uma semana, de 8 a 15 de janeiro, em termos idênticos aos que vigoravam ao momento, pelo [Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro](#).

Perante o acentuar da situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19 unida a uma situação de agravamento de outras patologias, o [Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro](#), vem renovar o estado de emergência, para permitir ao Governo tomar as medidas adequadas para combater esta fase da pandemia e fazer face à interação com o período eleitoral, bem como, modificar as condições impostas pela declaração anterior.

A situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19 continuou a agravar-se, pelo que foi renovada a declaração do estado de emergência, através do [Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2021, de 28 de janeiro](#). E, novamente, pelo [Decreto do Presidente da República n.º 11-A/2021, de 11 de fevereiro](#).

Consideradas as diferentes vertentes dos problemas associados à situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19, foi decidida, ainda neste mês, a renovação da declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, publicada em [Decreto do Presidente da República n.º 21-A/2021, de 25 de fevereiro](#), com a duração de 15 dias, iniciando-se às 00h00 do dia 2 de março de 2021 e cessando às 23h59 do dia 16 de março de 2021, sem prejuízo de eventuais renovações, nos termos da lei. A posterior renovação veio a ser declarada pelo [Decreto do Presidente da República n.º 25-A/2021, de 11 de março](#), no sentido de acautelar os passos a dar no futuro próximo.

Apesar do evoluir favorável da situação, a par duma estratégia de desconfinamento gradual e da regulamentação específica para o período da Páscoa, acautelando os passos a dar no futuro próximo, entenderam-se haver razões para manter o estado de emergência por mais 15 dias, entre o dia 1 de abril e o dia 15 de abril, pelo que foi renovada a declaração do estado de emergência pelo [Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021, de 25 de março](#).

Em linha com o faseamento do plano de desconfinamento, impondo-se acautelar os passos a dar no futuro próximo, entendeu-se haver razões para manter o estado de emergência por mais 15 dias, nos mesmos termos da última renovação. Assim, foi renovada a declaração do estado

de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, pelo [Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril](#).

O Governo dada a necessidade de prevenção da doença, contenção da pandemia e garantia da segurança dos portugueses, aliada ao levantamento gradual das suspensões e interdições decretadas durante o período em que vigorou o estado de emergência, que implica a necessidade de manutenção de medidas, ainda que menos restritivas, vem ao abrigo da Lei de Bases da Proteção Civil estabelecer, entre outros, a fixação de cercas sanitárias e limites e condicionamentos à circulação. Dessa forma, declara, na sequência da situação epidemiológica da COVID-19, até às 23:59 h do dia 16 de maio de 2021, a situação de calamidade em todo o território nacional continental, pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021, de 30 de abril](#).

O presente dossier temático pretende compilar, de forma exaustiva, informação legislativa europeia, nacional e regional, **publicada entre os dias 1 e 30 de abril de 2021**.

Contém adenda do Jornal Oficial da União Europeia relativa ao dia *31 de março de 2021*, por esta ter sido publicada após a edição do Dossiê do mês de março de 2021.

Não houve recomendações da Provedora da Justiça publicadas durante este período cronológico. Acrescentou-se, por fim, o segundo capítulo relativo à jurisprudência mais recente, em cujos acórdãos foram reconhecidos motivos de força maior, causados pelo impacto da pandemia por COVID-19.

Os atos legais encontram-se ordenados de forma cronológica decrescente e estão estruturados pela origem do emissor: quadro normativo da União Europeia (1), quadro normativo Nacional (2), quadro normativo das Regiões Autónomas dos Açores (3) e da Madeira (4).

Relativamente ao quadro normativo Nacional publicado no *Diário da República Eletrónico*, os atos legais encontram-se subdivididos em duas grandes áreas, tendo como princípio o interesse para a Administração Interna: (1) Atos legais interministeriais com a Administração Interna; (2) Atos legais com interesse para a Administração Pública.

Foram pesquisados os diários oficiais de registo para cada uma das entidades referidas anteriormente: o [Jornal Oficial da União Europeia](#), o [Diário da República](#), o [Jornal Oficial do Governo Regional dos Açores](#), o [Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira](#), as [Recomendações do Provedor da Justiça](#) e as [bases jurídico documentais do IGFEJ](#).

I – LEGISLAÇÃO

0. QUADRO NORMATIVO EUROPEU

ADENDA

Diplomas publicados no mês de abril referentes ao dia **31 de março de 2021**

[Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-03-31](#)

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito aos ajustamentos ao regime para a titularização, a fim de apoiar a recuperação económica em resposta à crise da COVID-19. PE 73 2020 REV 1.

[Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-03-31](#)

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Altera o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada, a fim de apoiar a recuperação da crise da COVID-19. PE 70 2020 REV 1.

[Regulamento \(UE\) 2021/558 do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-03-31](#)

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito aos ajustamentos ao regime para a titularização a fim de apoiar a recuperação económica em resposta à crise da COVID-19 (Texto relevante para efeitos do EEE). PE/73/2020/REV/1.

[Regulamento \(UE\) 2021/557 do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-03-31](#)

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Altera o Regulamento (UE) 2017/2402 que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada a fim de apoiar a recuperação da crise da COVID-19. PE/70/2020/REV/1.

[Regulamento Mercados Digitais, 2021-03-31](#)

Comité Económico e Social Europeu

Regulamento Mercados Digitais. EESC-2021-00127-AS.

[Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-03-31](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão

Relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização na sequência de uma candidatura da Estónia - EGF/2020/002 EE/ Estonia Tourism. COM/2021/151 final.

[Profissões liberais 4.0. EESC-2020-01468-AS, 2021-03-31](#)

Comité Económico e Social Europeu

Profissões liberais 4.0. EESC-2020-01468-AS.

[Plano de ação em matéria de propriedade intelectual, 2021-03-31](#)

Comité Económico e Social Europeu

Plano de ação em matéria de propriedade intelectual. EESC-2020-05871-AS.

Estratégia de cibersegurança, 2021-03-31

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia de cibersegurança. EESC-2020-05923-AS.

Digital Services Act, 2021-03-31

Comité Económico e Social Europeu

Digital Services Act. EESC-2021-00022-AS.

Digitalização da justiça, 2021-03-31

Comité Económico e Social Europeu

Digitalização da justiça. EESC-2021-00048-AS.

I – LEGISLAÇÃO

1. QUADRO NORMATIVO EUROPEU

[Resumo das decisões da União Europeia, 2021-04-30](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos

Relativas às autorizações de introdução no mercado dos medicamentos de 1 de março de 2021 a 31 de março de 2021 [Publicado nos termos do artigo 13.º ou do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 726/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho]. PUB/2021/293.

[Resolução do Comité Económico e Social Europeu, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

«Participação da sociedade civil organizada nos planos nacionais de recuperação e resiliência, — O que funciona e o que não funciona?» — (com base em consultas realizadas nos 27 Estados-Membros).

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu «Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estabelece a Reserva de Ajustamento ao Brexit» [COM(2020) 854 final — 2020/0380 (COD)]. EESC 2021/00589.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Impulsionar uma Vaga de Renovação na Europa para tornar os edifícios mais ecológicos, criar emprego e melhorar as condições de vida» [COM(2020) 662 final]. EESC 2020/04884.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014» [COM(2020) 595 final — 2020/0266 (COD)] e a «Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Diretivas 2006/43/CE, 2009/65/CE, 2009/138/CE, 2011/61/UE, 2013/36/UE, 2014/65/UE, (UE) 2015/2366 e (UE) 2016/2341» [COM(2020) 596 final — 2020/0268 (COD)]. EESC 2020/05040.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Sobre uma Estratégia em matéria de Financiamento Digital para a UE» [COM(2020) 591 final]. EESC 2020/04935.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Uma União dos Mercados de Capitais ao serviço das pessoas e das empresas — novo plano de ação» [COM(2020) 590 final]. EESC 2020/04974.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021» [COM(2020) 575 final]. EESC 2020/04985.

[Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, 2021-04-30](#)

Comité Económico e Social Europeu

«Plano de ação para uma tributação justa e simples que apoie a estratégia de recuperação» [COM(2020) 312 final], a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho «Boa Governança Fiscal dentro e fora da UE» [COM(2020) 313 final] e a Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade [COM(2020). 314 final — 2020/0148 (CNS)]. EESC 2020/03578.

[Comunicação da Comissão, 2021-04-29](#)

Comissão Europeia

«Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional» 2021/C .../01. C/2021/2594.

[Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-04-27](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão

Relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização na sequência de uma candidatura da Alemanha - EGF/2020/003 DE/GMH Guss. COM/2021/207 final.

[Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, 2021-04-27](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão

Relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização na sequência de uma candidatura da Bélgica – EGF/2020/005 BE/Swissport. COM/2021/212 final.

[Parecer, 2021-04-27](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia de formação judiciária europeia para 2021-2024. EESC-2021-00976-AC.

[Parecer, 2021-04-27](#)

Comité Económico e Social Europeu

Formação profissional. EESC-2020-05942-AC.

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, 2021-04-27](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos

Estratégia da UE sobre o regresso voluntário e a reintegração. COM/2021/120 final.

[Processo T-142/21, 2021-04-26](#)

Tribunal Geral

Recurso interposto em 7 de março de 2021 — WIZZ Air Hungary / Comissão.

[Processo T-136/21, 2021-04-26](#)

Tribunal Geral

Recurso interposto em 5 de março de 2021 — Amort e o./ Comissão.

[Processo T-96/21, 2021-04-26](#)

Tribunal Geral

Recurso interposto em 16 de fevereiro de 2021 — Amort e o./ Comissão.

[Síntese do Parecer da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, 2021-04-23](#)

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados

Sobre a proposta de alteração do Regulamento da Europol (O texto integral do presente Parecer encontra-se disponível em inglês, francês e alemão no sítio Web da AEPD em www.edps.europa.eu) 2021/C 143/05.

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/681 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1342 que concede um apoio temporário ao Reino da Bélgica ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST/7499/2021/INIT

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/680 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1344 que concede um apoio temporário à República de Chipre ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19.

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/679 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1346 que concede um apoio temporário à República Helénica ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19.

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/678 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1350 que concede um apoio temporário à República da Lituânia ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19.

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/677 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1351 que concede um apoio temporário à República da Letónia ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19.

[Decisão de Execução \(UE\) 2021/676 do Conselho, 2021-04-23](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1352 que concede um apoio temporário à República de Malta ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19.

12

[Autorização de auxílios estatais, 2021-04-23](#)

Comissão Europeia

No âmbito das disposições dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções. Texto relevante para efeitos do EEE.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/11. PUB/2021/16.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/10. PUB/2021/17.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/08. PUB/2021/15.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/07.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/06.

[Auxílios estatais, 2021-04-22](#)

Órgão de Fiscalização da EFTA

Decisão de não levantar objeções 2021/C 141/05.

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-21](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Estabilidade Financeira, dos Serviços Financeiros e da União dos Mercados de Capitais

Taxonomia da UE, divulgação de informações sobre sustentabilidade das empresas, preferências em termos de sustentabilidade e deveres fiduciários: Direcionar as atividades financeiras para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. COM/2021/188 final.

[Decisão de Execução do Conselho, 2021-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1352 que concede um apoio temporário à República de Malta ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7494 2021 INIT.

[Decisão de Execução do Conselho, 2021-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1342 que concede um apoio temporário ao Reino da Bélgica ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7499 2021 INIT.

[Decisão de Execução do Conselho, 2020-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1344 que concede um apoio temporário à República de Chipre ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7498 2021 INIT.

[Decisão de Execução do Conselho, 2021-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1346 que concede um apoio temporário à República Helénica ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7497 2021 INIT.

[Decisão de Execução do Conselho, 2021-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1350 que concede um apoio temporário à República da Lituânia ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7496 2021 INIT.

[Decisão de Execução do Conselho, 2021-04-20](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1351 que concede um apoio temporário à República da Letónia ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19. ST 7495 2021 INIT.

[Processo T-259/20, 2021-04-19](#)

Tribunal Geral

Acórdão do Tribunal Geral de 17 de fevereiro de 2021 — Ryanair / Comissão («Auxílios de Estado — Mercado francês do transporte aéreo — Moratória sobre o pagamento da taxa de aviação civil e da taxa de solidariedade sobre os bilhetes de avião devidos mensalmente durante o período de março a dezembro de 2020 no contexto da pandemia de COVID-19 — Decisão de não levantar objeções — Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário — Livre prestação de serviços — Igualdade de tratamento — Critério da posse de uma licença emitida pelas autoridades francesas — Proporcionalidade — Artigo 107.º, n.º 2, alínea b), TFUE — Dever de fundamentação»).

[Processo T-238/20, 2021-04-19](#)

Tribunal Geral

Acórdão do Tribunal Geral de 17 de fevereiro de 2021 — Ryanair / Comissão («Auxílios de Estado — Mercado do transporte aéreo na Suécia, a partir da Suécia e com destino à Suécia — Garantias de empréstimos a companhias aéreas ao abrigo do quadro da pandemia da COVID 19 — Decisão de não levantar objeções — Quadro temporário relativo às medidas de auxílio estatal — Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado Membro — Livre prestação de serviços — Igualdade de tratamento — Proporcionalidade — Critério da posse de uma licença emitida pelas autoridades suecas — Ausência de ponderação dos efeitos benéficos do auxílio com os seus efeitos negativos nas trocas comerciais e na manutenção de uma concorrência não falseada — Artigo 107.º, n.º 3, alínea b), TFUE — Ratio legis — Dever de fundamentação»).

[Processo T-111/21, 2021-04-19](#)

Tribunal Geral

Recurso interposto em 19 de fevereiro de 2021 — Ryanair / Comissão.

[Decisão \(UE\) 2021/660 da Comissão, 2021-04-19](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira

Altera a Decisão (UE) 2020/491 relativa à franquia aduaneira e à isenção de IVA sobre a importação dos bens necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19 em 2020 [notificada com o número C(2021) 2693]. C/2021/2693.

[Comunicação da Comissão, 2021-04-19](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Concorrência

Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional. C/2021/2594 final.

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-19](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Sobre um Plano de ação para o Desenvolvimento da produção biológica. COM/2021/141 final/2.

[Comunicação da Comissão, 2021-04-19](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Concorrência

Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional. C/2021/2594 final.

[Uma União da igualdade: plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Uma União da igualdade: plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025. EESC-2020-05883-AS.

[Regulamento de Execução \(UE\) 2021/635 da Comissão, 2021-04-16](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Comércio

Institui um direito anti-dumping definitivo sobre as importações de certos tubos soldados de ferro ou aço não ligado originários da Bielorrússia, da República Popular da China e da Rússia na sequência de um reexame da caducidade ao abrigo do artigo 11.o, n.o 2, do Regulamento (UE) 2016/1036 do Parlamento Europeu e do Conselho. C/2021/2512.

[Promover as competências para uma sociedade mais justa, coesa, sustentável, digital e resiliente, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Promover as competências para uma sociedade mais justa, coesa, sustentável, digital e resiliente. EESC-2020-05326-AS.

[Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027. EESC-2021-00198-AS.

[Formação profissional, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Formação profissional. EESC-2020-05942-AS.

[Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ. EESC-2021-00006-AS.

[Estratégia de formação judiciária europeia para 2021-2024, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia de formação judiciária europeia para 2021-2024. EESC-2021-00976-AS.

[Decisão \(PESC\) 2021/649 do Conselho, 2021-04-16](#)

Conselho da União Europeia

Relativa ao apoio da União às atividades do Secretariado do TCA destinadas a apoiar a aplicação do Tratado sobre o Comércio de Armas. ST/7142/2021/INIT.

[Decisão \(PESC\) 2021/648 do Conselho, 2021-04-16](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão (PESC) 2018/299 relativa à promoção da rede europeia de grupos independentes de reflexão sobre não proliferação e desarmamento para apoiar a execução da Estratégia da UE contra a proliferação de armas de destruição maciça. T/6781/2021/INIT.

[Construir uma União Europeia da Saúde, 2021-04-16](#)

Comité Económico e Social Europeu

Construir uma União Europeia da Saúde. EESC-2020-05933-AS.

[Autorização de auxílios estatais, 2021-04-16](#)

Comissão Europeia

No âmbito das disposições dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções (Texto relevante para efeitos do EEE).

[Projeto de Orçamento Retificativo n.º 3 do Orçamento Geral de 2021, 2021-04-15](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Orçamento

Inscreve o excedente do exercício de 2020. COM/2021/270 final.

[Harmonizar a entrada no mercado de suplementos alimentares na EU, 2021-04-15](#)

Comité Económico e Social Europeu

Harmonizar a entrada no mercado de suplementos alimentares na EU. EESC-2021-00521-AS.

[Regulamento de Execução \(UE\) 2021/633, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Comércio

Institui um direito anti-dumping definitivo sobre as importações de glutamato monossódico originário da República Popular da China e da Indonésia, na sequência de um reexame da caducidade em conformidade com o artigo 11.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2016/1036 do Parlamento Europeu e do Conselho. C/2021/2427.

[Regulamento de Execução \(UE\) 2021/607 da Comissão, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Comércio

Institui um direito anti-dumping definitivo sobre as importações de ácido cítrico originário da República Popular da China, tornado extensivo às importações de ácido cítrico expedido da Malásia, independentemente de ser ou não declarado originário da Malásia, na sequência de um reexame da caducidade nos termos do artigo 11.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2016/1036 do Parlamento Europeu e do Conselho. C/2021/2431.

[Regulamento Delegado \(UE\) .../... DA COMISSÃO, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros

Complementa o Regulamento (UE) 2021/523 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo as diretrizes em matéria de investimento relativas ao Fundo Invest EU. C/2021/2633 final.

[Plano de Ação para os Meios de Comunicação Social da Europa, 2021-04-14](#)

Comité Económico e Social Europeu

Plano de Ação para os Meios de Comunicação Social da Europa. EESC-2020-05750-AS.

[Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, 2021-04-14](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente. EESC-2020-05752-AS.

[Estratégia para a energia de fontes renováveis ao largo, 2021-04-14](#)

Comité Económico e Social Europeu

Estratégia para a energia de fontes renováveis ao largo. EESC-2020-05038-AS.

[Decisão \(UE\) 2021/625 da Comissão, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Orçamento

Relativa à criação da rede de corretores principais e à definição dos critérios de elegibilidade aplicáveis aos mandatos pilotos e copilotos referentes a transações agrupadas para efeitos das atividades de contração de empréstimos pela Comissão em nome da União e da Comunidade Europeia da Energia Atómica. C/2021/2500.2.

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos

Estratégia da UE em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos 2021- 2025. COM/2021/171 final.

[Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, 2021-04-14](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos

Sobre a estratégia da UE para lutar contra a criminalidade organizada (2021-2025). COM/2021/170 final.

[Cibersegurança e resiliência das entidades críticas, 2021-04-14](#)

Comité Económico e Social Europeu

Cibersegurança e resiliência das entidades críticas. EESC-2020-05749-AS.

[Regulamento de Execução \(UE\) 2021/591 da Comissão, 2021-04-12](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Relativo à inscrição de uma denominação no registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas [«Χαλλούμι» (Halloumi)/«Hellim» (DOP)]. C/2021/2355.

[Proposta de Diretiva do Conselho, 2021-04-12](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira

Altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito às isenções aplicáveis às importações e a certas entregas, no que se refere às medidas da União de interesse geral. COM/2021/181 final.

[Regulamento de Execução \(UE\) 2021/582 da Comissão, 2021-04-09](#)

Comissão Europeia, Direção-Geral do Comércio

Institui um direito anti-dumping provisório sobre as importações de produtos laminados planos de alumínio originários da República Popular da China. C/2021/2405.

[Autorização de auxílios estatais no âmbito das disposições dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, 2021-04-09](#)

Comissão Europeia

Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções. Texto relevante para efeitos do EEE.

[Decisão \(PESC\) 2021/579 do Conselho, 2021-04-08](#)

Conselho da União Europeia

Altera a Decisão (PESC) 2019/615 relativa ao apoio da União às atividades que antecedem a Conferência de Análise de 2020 entre as Partes no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). ST/6793/2021/INIT.

2. QUADRO NORMATIVO NACIONAL

2.1. DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.1.1. ATOS LEGAIS INTERMINISTERIAIS COM A ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Despacho n.º 4473-D/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 3º Suplemento, Série II de 2021-04-30](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres e fluviais

[Despacho n.º 4473-B/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-30](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

[Despacho n.º 4473-A/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes da Ministra de Estado e da Presidência, do Ministro da Administração Interna e das Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde

Determina o alargamento do âmbito dos Despachos n.os 3863-B/2020, de 27 de março, e 10944/2020, de 8 de novembro, que determinam que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito da COVID-19

[Despacho n.º 3906/2021 - Diário da República n.º 75/2021, Série II de 2021-04-19](#)

Defesa Nacional, Administração Interna e Saúde - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna e da Ministra da Saúde

Altera o Despacho n.º 11737/2020, de 26 de novembro, que determina a constituição de uma task force para a elaboração do «Plano de vacinação contra a COVID-19 em Portugal»

[Despacho n.º 3894-A/2021 - Diário da República n.º 74-A/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-17](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres

[Despacho n.º 3838-A/2021 - Diário da República n.º 73/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-15](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Define as medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental

[Despacho n.º 3803-B/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-14](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

[Despacho n.º 3679-A/2021 - Diário da República n.º 69/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-09](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Alteração do n.º 13 do Despacho n.º 3358/2021, de 26 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 60-A, de 28 de março de 2021

2.1.2. ATOS LEGAIS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021 - Diário da República n.º 84/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 10/2021/M - Diário da República n.º 84/2021, Série I de 2021-04-30](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República o reforço da capacidade de resposta da ajuda domiciliária

[Despacho n.º 4391-B/2021 - Diário da República n.º 83/2021, 3º Suplemento, Série II de 2021-04-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Administração Interna - Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro da Administração Interna

Reconhecimento antecipado da necessidade de declarar a situação de calamidade no município de Odemira

[Decreto-Lei n.º 29-A/2021 - Diário da República n.º 83/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria um regime excecional e temporário de registo diário de trabalhadores de explorações agrícolas e do setor da construção

[Despacho n.º 4362/2021 - Diário da República n.º 83/2021, Série II de 2021-04-29](#)

Saúde - Gabinete da Ministra

Determina que na marcação dos períodos de férias já vencidas de dirigentes e trabalhadores de entidades do Ministério da Saúde seja salvaguardada a dotação dos serviços com um número de trabalhadores que garanta a resposta em cuidados de saúde, nomeadamente à evolução da COVID-19

[Resolução da Assembleia da República n.º 129/2021 - Diário da República n.º 83/2021, Série I de 2021-04-29](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o planeamento e a antecipação do desconfinamento no setor da cultura

[Resolução da Assembleia da República n.º 127/2021 - Diário da República n.º 82/2021, Série I de 2021-04-28](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a integração das pessoas em situação de sem-abrigo e com doença mental severa nos grupos prioritários do Plano de Vacinação contra a COVID-19

[Resolução da Assembleia da República n.º 124/2021 - Diário da República n.º 82/2021, Série I de 2021-04-28](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a elaboração de um plano integrado de preparação do regresso aos contextos escolares

[Despacho n.º 4272-A/2021 - Diário da República n.º 81/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-27](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado da Educação

Adequação dos prazos do ciclo avaliativo previsto no Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, e no Despacho n.º 12567/2012, de 26 de setembro, bem como os procedimentos de natureza excecional inerentes à formação contínua dos educadores de infância e dos docentes dos ensinos básico e secundário, relativos aos anos escolares de 2019-2020 e 2020-2021

[Despacho Normativo n.º 12/2021 - Diário da República n.º 81/2021, Série II de 2021-04-27](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Alteração ao Despacho Normativo n.º 4/2020, de 25 de março, que criou a Linha de Apoio à Tesouraria das Microempresas do Turismo - COVID-19

[Despacho n.º 4225-A/2021 - Diário da República n.º 80/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-26](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Revoga os n.os 13.1 e 13.2 do Despacho n.º 1242-A/2021, de 29 de janeiro

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 9/2021/M - Diário da República n.º 80/2021, Série I de 2021-04-26](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Para que todas e quaisquer medidas, programas e apoios lançados e implementados pelo Governo Português, no âmbito da crise pandémica da COVID-19, não discriminem ou excluam, do seu âmbito de aplicação, as Regiões Autónomas

[Despacho n.º 4208-B/2021 - Diário da República n.º 79/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-23](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital

Determina o regime dos horários em casamentos e batizados

[Despacho Normativo n.º 11/2021 - Diário da República n.º 79/2021, Série II de 2021-04-23](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Altera e republica o Despacho Normativo n.º 4/2020, de 25 de março, que criou a Linha de Apoio às Microempresas do Turismo

[Portaria n.º 164/2021 - Diário da República n.º 79/2021, Série II de 2021-04-23](#)

Finanças e Saúde - Gabinetes da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Saúde

Autoriza a Direção-Geral da Saúde a assumir um encargo plurianual até ao montante de 1 461 312,00 EUR, referente às taxas de preparação da aquisição de doses de vacina da gripe pandémica

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 22/2021/A - Diário da República n.º 79/2021, Série I de 2021-04-23](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Medidas de apoio urgente às associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19

[Portaria n.º 90/2021 - Diário da República n.º 79/2021, Série I de 2021-04-23](#)

Finanças e Mar

Estabelece as condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca

[Declaração de Retificação n.º 12-A/2021 - Diário da República n.º 77/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-21](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - SECRETARIA-GERAL

Retifica o [Decreto n.º 7/2021](#), de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 74-A, de 17 de abril de 2021

[Despacho n.º 3943/2021 - Diário da República n.º 76/2021, Série II de 2021-04-20](#)

Administração Interna - Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna

Prorrogação do período de suspensão da atividade de formação presencial determinado no Despacho n.º 2766/2021, de 26 de fevereiro, por 30 dias

22

[Despacho n.º 3897/2021 - Diário da República n.º 75/2021, Série II de 2021-04-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Reconhece a Spark Foundation

[Despacho n.º 3894/2021 - Diário da República n.º 74-A/2021, Série II de 2021-04-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Determina que se proceda à publicação do Diário da República no sábado dia 17 de abril de 2021 e no domingo dia 18 de abril de 2021

[Decreto n.º 7/2021 - Diário da República n.º 74-A/2021, Série I de 2021-04-17](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

[Portaria n.º 86/2021 - Diário da República n.º 74/2021, Série I de 2021-04-16](#)

FINANÇAS, JUSTIÇA E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Regulamenta a atividade do Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento (SISPACSE), criado pelo [Decreto-Lei n.º 105/2020](#), de 23 de dezembro, e estabelece as regras sobre a inscrição, remuneração e formação de conciliadores a prestarem atividade no referido Sistema, bem como a organização das listas públicas do SISPACSE

[Portaria n.º 85/2021 - Diário da República n.º 74/2021, Série I de 2021-04-16](#)

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, FINANÇAS, CULTURA E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Define as atividades dos setores do turismo, cultura, eventos e espetáculos abrangidas pelas alterações introduzidas pelo [Decreto-Lei n.º 23-A/2021](#), de 24 de março, ao [Decreto-Lei n.º 46-A/2020](#), de 30 de julho, e [Decreto-Lei n.º 6-E/2021](#), de 15 de janeiro

[Decreto-Lei n.º 27/2021 - Diário da República n.º 74/2021, Série I de 2021-04-16](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida

[Resumo em Linguagem Clara | Summary in plain english](#)

[Despacho n.º 3838-B/2021 - Diário da República n.º 73/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-15](#)

Administração Interna - Gabinete do Ministro

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre

[Decreto n.º 6-A/2021 - Diário da República n.º 73/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-04-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3-A/2021/A - Diário da República n.º 73/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-15](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do [Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021](#), de 14 de abril

[Despacho Normativo n.º 10-B/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-04-14](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Procede à segunda alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril

[Despacho n.º 3803-A/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-14](#)

Economia e Transição Digital e Saúde - Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra da Saúde

Limita as margens de lucro do equipamento de proteção individual, álcool e testes COVID-19

[Resolução da Assembleia da República n.º 114-A/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-14](#)

Assembleia da República

Autorização da renovação do estado de emergência

[Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021 - Diário da República n.º 72/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-14](#)

Presidência da República

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

[Decreto-Lei n.º 26-C/2021 - Diário da República n.º 71/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à regulamentação do apoio extraordinário ao rendimento e à redução da atividade de trabalhador

[Decreto-Lei n.º 26-B/2021 - Diário da República n.º 71/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define a natureza dos apoios sociais de resposta à pandemia da doença COVID-19

[Despacho n.º 3661/2021 - Diário da República n.º 69/2021, Série II de 2021-04-09](#)

Infraestruturas e Habitação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações

Determina uma alteração às condições contratuais vigentes para as obrigações de serviço público para as rotas Lisboa/Horta/Lisboa e Lisboa/Santa Maria/Lisboa, a validar pela ANAC nos termos da regulamentação europeia, que vigorará pelo prazo correspondente ao período de uma estação IATA

[Portaria n.º 80-A/2021 - Diário da República n.º 67/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-07](#)

CULTURA

Procede à primeira alteração ao Regulamento das Medidas de Apoio à Cultura no contexto de resposta à pandemia da doença COVID-19, aprovado em anexo à [Portaria n.º 37-A/2021](#), de 15 de fevereiro

[Lei n.º 17/2021 - Diário da República n.º 67/2021, Série I de 2021-04-07](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alteração, por apreciação parlamentar, do [Decreto-Lei n.º 10-A/2021](#), de 2 de fevereiro, que estabelece mecanismos excecionais de gestão de profissionais de saúde para realização de atividade assistencial, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

[Lei n.º 16/2021 - Diário da República n.º 67/2021, Série I de 2021-04-07](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais

[Lei n.º 15/2021 - Diário da República n.º 67/2021, Série I de 2021-04-07](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 6-E/2021](#), de 15 de janeiro, que estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência

[Portaria n.º 78/2021 - Diário da República n.º 66/2021, Série I de 2021-04-06](#)

MAR

Primeira alteração ao Regulamento do Regime de Apoio à Armazenagem dos Produtos da Pesca, aprovado pela [Portaria n.º 215/2016](#), de 4 de agosto

[Lei n.º 14/2021 - Diário da República n.º 66/2021, Série I de 2021-04-06](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para os doentes oncológicos

[Decreto-Lei n.º 26-A/2021 - Diário da República n.º 65/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-04-05](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados

[Lei n.º 13-B/2021 - Diário da República n.º 65/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-04-05](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março

[Lei n.º 13-A/2021 - Diário da República n.º 65/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-04-05](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2021/A - Diário da República n.º 65/2021, Série I de 2021-04-05](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Programa de Apoio Extraordinário aos Órgãos de Comunicação Social Privados

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2021/A - Diário da República n.º 65/2021, Série I de 2021-04-05](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Açorianos

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2021/A - Diário da República n.º 65/2021, Série I de 2021-04-05](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A](#), de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores

[Despacho n.º 3516-A/2021 - Diário da República n.º 64-A/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-04-03](#)

Administração Interna - Gabinete do Ministro

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre

[Despacho n.º 3516/2021 - Diário da República n.º 64-A/2021, Série II de 2021-04-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Determina que se proceda à publicação do Diário da República na sexta-feira dia 2 de abril de 2021, no sábado dia 3 de abril de 2021 e no domingo dia 4 de abril de 2021, caso se verifique necessário

[Decreto n.º 6/2021 - Diário da República n.º 64-A/2021, Série I de 2021-04-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

[Resolução da Assembleia da República n.º 107/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a inclusão dos estudantes a estagiar em todas as entidades de saúde nos grupos prioritários de vacinação

[Resolução da Assembleia da República n.º 106/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que assegure medidas de educação inclusiva em estado de emergência

[Resolução da Assembleia da República n.º 103/2021 - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a reabertura das escolas em segurança

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2021/A - Diário da República n.º 64/2021, Série I de 2021-04-01](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do [Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021](#), de 25 de março, prevendo medidas específicas, de carácter preventivo, para o período da Páscoa

3. JORNAL OFICIAL DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

[Resolução do Conselho do Governo n.º 93/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo

Declara a ilha de São Miguel em situação de calamidade pública e as restantes ilhas do arquipélago em situação de alerta.

[Portaria n.º 707/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 706/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 705/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 704/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 703/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 702/2021, 2021-04-29](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 698/2021, 2021-04-28](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 697/2021, 2021-04-28](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 696/2021, 2021-04-28](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 695/2021, 2021-04-28](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 694/2021, 2021-04-28](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Despacho n.º 830/2021, 2021-04-26](#)

Vice-Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Aprova o modelo de «Declaração para efeitos de isolamento profilático».

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 22/2021/A, 2021-04-23](#)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Medidas de apoio urgente às associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região Autónoma dos Açores para fazer face às contingências resultantes da pandemia COVID-19.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 20/2021/A, 2021-04-22](#)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Bolsas de formação e certificação para profissionais de informação turística dos Açores.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2021/A, 2021-04-21](#)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde.

[Portaria n.º 674/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-1901 de abril de 2021.

[Portaria n.º 673/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 672/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 671/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 670/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 669/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 668/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 667/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 666/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 665/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 664/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 663/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 662/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 661/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 660/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 659/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 658/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 657/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 656/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 655/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 654/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 653/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 652/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 651/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 650/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 649/2021, 2021-04-21](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2021/A, 2021-04-20](#)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito do Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores (SITRAA).

[Aditamento n.º 22/2021, 2021-04-20](#)

Direção Regional do Desporto

1.º Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo - UAAA.

[Portaria n.º 36/2021, 2021-04-16](#)

Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Interdita a libertação de cães de caça, em qualquer tipo de terrenos onde exista ou ocorra fauna cinegética.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3-A/2021/A, 2021-04-15](#)

Governo Regional

Regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril.

[Resolução do Conselho do Governo n.º 83/2021, 2021-04-14](#)

Presidência do Governo

Cria um apoio financeiro a atribuir no âmbito da formação específica para profissionais de informação turística, bem como aprova o respetivo regulamento.

[Resolução do Conselho do Governo n.º 82/2021, 2021-04-14](#)

Presidência do Governo

Cria um apoio extraordinário e transitório destinado às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores.

[Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2021, 2021-04-14](#)

Presidência do Governo

Aprova o Regulamento dos apoios regionais à família. Revoga a Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2021, de 14 de janeiro.

[Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2021, 2021-04-14](#)

Presidência do Governo

Altera a medida de apoio “Vale Programação”, aprovada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 9/2020, de 6 de janeiro.

[Portaria n.º 578/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 577/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 576/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 575/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 574/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 565/2021, 2021-04-09](#)

Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Apoios financeiros à comercialização de vinhos de mesa certificados.

[Portaria n.º 521/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoios financeiros - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 520/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoios financeiros - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 519/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoios financeiros - Regime Excepcional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 518/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoios financeiros - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 517/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoios financeiros - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 516/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 515/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 514/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 513/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 512/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 511/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 510/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 509/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 508/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 507/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 506/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 505/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 504/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Apoio financeiro - Regime Excecional de Apoio ao Rendimento dos Profissionais da Pesca na sequência da situação de pandemia COVID-19.

[Portaria n.º 503/2021, 2021-04-07](#)

Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Apoios financeiros à comercialização de vinhos de mesa certificados.

[Portaria n.º 495/2021, 2021-04-06](#)

Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Apoios financeiros à Armazenagem de Vinhos Certificados.

[Despacho n.º 653/2021, 2021-04-06](#)

Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Apoio financeiro - Transporte Doente Covid-19.

[Portaria n.º 30/2021, 2021-04-01](#)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Segunda alteração e republicação da Portaria n.º 92/2019, de 30 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 1/2020, de 7 de janeiro. (Fixa o limite máximo anual das possibilidades de captura das espécies ou conjunto de espécies constantes do Anexo I à presente Portaria, bem como os limites máximos anuais referentes à pesca acessória, no território de pesca dos Açores).

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2021/A, 2021-04-01](#)

Governo Regional

Regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021, de 25 de março, prevendo medidas específicas, de carácter preventivo, para o período da Páscoa.

[Aditamento n.º 14/2021, 2021-04-01](#)

Direção Regional do Desporto

4.º Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo - CUS-F.

[Aditamento n.º 11/2021, 2021-04-01](#)

Direção Regional do Desporto

1.º Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo - ARDEA.

4. JORNAL OFICIAL DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

[Resolução n.º 362/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Declara a situação de calamidade na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, por razões de saúde pública com o escopo de contenção da pandemia COVID-19.

[Resolução n.º 361/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Autoriza a celebração de 19 contratos-programa com várias entidades, de modo a contribuir para a prossecução de ações de apoio social, no âmbito do II Fundo de Emergência para Apoio Social, criado pela Resolução n.º 71/2021, de 1 de fevereiro.

[Resolução n.º 348/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Determina isentar os agricultores que o requeiram, até ao final do segundo trimestre de 2021, de pagamento das taxas relativas aos serviços de podas e enxertias, estabelecidas na Portaria n.º 66/2012, de 28 de maio, que adota as taxas e tarifas a cobrar pela venda de bens e serviços prestados pela Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

[Resolução n.º 347/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Autoriza o pagamento de indemnização ao agricultor do convencionado item “Agricultores a Indemnizar PU2020 - Processo 3”, no valor de € 493,36.

[Resolução n.º 345/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Autoriza a celebração de um protocolo de cooperação financeira com a entidade denominada MAIS - Madeira Air Integrated Solutions, Lda., tendo em vista estimular a expedição e ou exportação dos produtos da agricultura, das pescas e do agroalimentar que reúnam vantagens competitivas nos mercados exteriores da Região.

[Resolução n.º 344/2021, 2021-04-30](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Mandata o Secretário Regional de Economia, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (organismo sob a sua tutela e dependência) para praticar todos os atos necessários à operacionalização e atribuição do “Apoio Financeiro MeP-RAM”, criado nos termos e para os efeitos previstos na Resolução n.º 118/2021, de 24 de fevereiro.

[Resolução da ALRAM n.º 9/2021/M, 2021-04-26](#)

Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Para que todas e quaisquer medidas, programas e apoios lançados e implementados pelo Governo Português, no âmbito da crise pandémica da COVID-19, não discriminem ou excluam, do seu âmbito de aplicação, as Regiões Autónomas.

[Resolução n.º 325/2021, 2021-04-26](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Determina que a partir das 00:00h do dia 27 de abril são permitidas as atividades culturais e artísticas, incluindo eventos culturais e conferências, em espaços interiores e exteriores, atendendo à evolução da situação epidemiológica da doença COVID-19.

[Resolução n.º 323/2021, 2021-04-23](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Procede ao reforço e reajustamento das medidas necessárias para o controle e contenção da situação epidemiológica, provocada pela doença COVID-19, na Região, em conformidade com a necessidade, adequação e imprescindibilidade da defesa da saúde pública, atendendo a que se mantêm os pressupostos que justificam a prorrogação das mesmas, as quais entram em vigor às 0:00 horas do dia 27 de abril de 2021 e terminam às 23:59 horas do dia 3 de maio de 2021.

[Resolução n.º 309/2021, 2021-04-22](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Prorroga até ao dia 30 de abril de 2021 o prazo de isenção temporária do pagamento das rendas decorrentes dos contratos de concessão do direito de exploração referentes à Casa do Rabaçal, à Casa de Abrigo da Achada do Teixeira, à Casa da Quinta do Santo da Serra, à Casa do Sardinha, à Casa de Abrigo das Queimadas, às instalações sanitárias do Rabaçal e à Cafeteria do Jardim Botânico.

[Resolução n.º 308/2021, 2021-04-22](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Isenta temporariamente o pagamento das rendas e taxas referentes ao mês de abril de 2021, aplicando-se as regras da proporcionalidade nas dívidas com vencimento não mensal, decorrentes dos contratos de concessão e títulos de utilização privativa de domínio público marítimo, à exceção dos títulos de utilização temporária dos recursos hídricos, tutelados pelos serviços que integram a Administração Regional Direta da Região Autónoma da Madeira com competências de administração do litoral.

[Resolução n.º 307/2021, 2021-04-19](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Autoriza a celebração de 18 contratos-programa com as Casas do Povo abaixo identificadas, de modo a contribuir para a prossecução de projetos sociais, no âmbito do FAROL 202.

[Resolução n.º 250/2021, 2021-04-19](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Determina que seja assegurada pelo Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, uma prestação de serviços de testagem por TRAg, para SARS-CoV-2, aos cidadãos residentes na Região que solicitem a realização daqueles testes nas farmácias da Região, nas condições e de acordo com o contrato a celebrar com a entidade prestadora.

[Despacho n.º 139/2021, 2021-04-19](#)

Secretaria Regional da Economia

Determina que as candidaturas ao “Apoio Financeiro MeP-RAM COVID”, decorram a partir do dia 20 de abril de 2021 até às 17h00 do dia 30 de junho de 2021.

[Resolução n.º 216/2021, 2021-04-01](#)

Presidência do Governo Regional da Madeira

Prorroga até ao dia 12 de abril de 2021, as medidas constantes da Resolução n.º 1/2021, de 4 de janeiro, que procede ao ajustamento e reforço das medidas para proteção e segurança sanitária da população e comunidade madeirense e dos cidadãos que se deslocam ao território da RAM, na sequência da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como pandemia internacional, atendendo à evolução da mesma. Ainda, prorroga até à data anteriormente referida, o estabelecido nos n.ºs 1 a 9 e 11 a 18 da Resolução n.º 19/2021, de 12 de janeiro, que determina o ajustamento, reforço e implementação de novas medidas na Região para controlar e conter a doença COVID-19, em conformidade com a necessidade, adequação e imprescindibilidade da defesa da saúde pública, nomeadamente quanto à circulação na via pública, bem como às atividades de natureza comercial, industrial e de serviços, entre outras. Suspende as aulas presenciais para os alunos do ensino secundário, até ao dia 7 de abril de 2021, bem como estabelece a suspensão das aulas presenciais para os alunos do 3.º Ciclo de Ensino, até ao dia 9 de abril de 2021, em todas as escolas da Região. Prorroga até o dia 30 de abril de 2021 o prazo de isenção temporária do pagamento de rendas e taxas, aplicando-se as regras da proporcionalidade nas dívidas com vencimento não mensal, decorrentes de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional, de contratos de concessão, de autos de cessão a título oneroso, de contratos de direito de superfície, que estejam sob a gestão da Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares, através da Direção Regional do Património. Suspende, todavia, a cobrança, no mês de abril de 2021, dos planos de pagamento ou acordos de regularização de dívida de rendas ou taxas, no âmbito de referidos contratos.

II – JURISPRUDÊNCIA

[Processo: 266/20.OPGLRS.L1-9](#)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Relator: Guilherme Castanheira

Descritores: ESTADO DE EMERGÊNCIA - COVID 19, SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA/CALAMIDADE, CRIME DE DESOBEDIÊNCIA AGRAVADA, VIOLAÇÃO DO DEVER GERAL DE RECOLHIMENTO DOMICILIÁRIO

Data do acórdão: 15/04/2021

Sumário: “I- Face à recente situação de calamidade por pandemia, ante a propagação da doença contagiosa denominada Covid-19, foi declarado o Estado de Emergência e foi estabelecido o dever geral de recolhimento domiciliário, comum aos Decretos 2-A/2020, 2-B/2020 e 2-C/2020, seu art.º 5º, competindo às forças de segurança zelar e fiscalizar o cumprimento de tal dever, nos termos do art.º 46º do Decreto 2-C/2020;

II-O facto de os arguidos estarem na via pública à conversa com outros indivíduos, em situação de convívio social, não é umas das excepções ao dever geral de recolhimento, nem, considerada a sua ratio, se pode considerar uma actividade de natureza análoga às demais elencadas, não se verificando qualquer motivo de força maior ou qualquer necessidade impreterível que tenha obrigado os arguidos a tal conduta - art.º 5º, n.º 1, al. u), pelo que deverão ser condenados pela prática de um crime de desobediência, tendo sido advertidos previamente em data pretérita pelas forças de segurança, quando se encontravam em idêntica situação na via pública;

III- A resistência e a desobediência a ordens legítimas das autoridades competentes, quando tal desobediência ou resistência implique uma violação dos deveres impostos no Decreto 2-C/2020, é sancionada nos termos da lei penal - art.º 46º, n.º 7;

IV-Ora, sendo legítima a ordem para os cidadãos regressarem ao seu domicílio, e tendo as forças de segurança cominado/advertido a prática de um crime de desobediência para os cidadãos, estes, quando sejam novamente fiscalizados em incumprimento de tal dever, podem e devem as forças de segurança, nesse caso, proceder desde logo à sua detenção e apresentá-los em Tribunal para serem sujeitos a julgamento sob a forma de processo sumário;

V- De facto as autoridades têm o poder de, legitimamente, dar ordens aos cidadãos para que regressem ao seu domicílio, advertindo-os de que, caso voltem a incumprir tal dever geral, incorrerão na prática de um crime de desobediência, motivando a sua detenção e sujeição a julgamento pela prática de tal crime, e a cominação da prática de um crime de desobediência não tem de ser renovada cada vez que o cidadão incumpra o dever de recolhimento domiciliário. Neste contexto, perante o teor dos Decretos do Presidente da República e das Resoluções da Assembleia da República de 2/4 e 17/4, não é defensável que a violação do dever geral de recolhimento não tem qualquer consequência penal, e que não comporta a prática de um crime de desobediência, ficando os poderes das forças policiais a meras “sensibilizações”, “aconselhamentos” e “recomendações”, pois que estas têm o poder de, legitimamente, dar ordens aos cidadãos para que regressem ao seu domicílio, advertindo-os de que, caso voltem a incumprir tal dever geral, incorrerão na prática de um crime de desobediência, motivando a sua detenção e sujeição a julgamento pela prática de tal crime;

VI-De outra forma o Estado estaria a prescindir da sua autoridade, deixando que à boa vontade dos cidadãos o cumprimento do dever geral de recolhimento domiciliário, pois que o seu incumprimento apenas poderia dar lugar a uma recomendação ou aconselhamento para regressar ao domicílio, o que não só enfraqueceria desmesuradamente o comando ínsito na norma como frustraria a contenção da pandemia, sendo certo que a responsabilidade penal do cidadão encontrará sempre suporte legal nos art.º 7º, da Lei 44/86, art.º 5º do Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17/4, art.º 5º da Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2020, de 17/4, art.º 46º, n.º 7, do Decreto 2 C/20202, de 17/4, ainda que se exija a prévia cominação por parte das autoridades policiais, nos termos do art.º 348º, n.º 1, b), do Código Penal, (como atrás de referiu já) a qual, no presente caso, efectivamente até existiu.”

Processo: 3011/19.9YLPRT.L1-7

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Relator: Cristina Coelho

Descritores: PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO, OPOSIÇÃO À RENOVAÇÃO, SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA, LEIS COVID 19

Data do acórdão: 13/04/2021

Sumário:

“1. Num PED intentado em dezembro de 2019, na sequência de oposição à renovação do prazo do contrato de arrendamento habitacional pelo senhorio, e não entrega do locado pelo arrendatário no termo do prazo, não tem aplicação o art. 8º da Lei nº 1-A/2020, de 19.03.

2. O PED só fica suspenso no decurso do período de vigência do regime excecional e transitório instituído pela Lei 1-A/2020 de 19.3 (quer na sua versão inicial, quer nas decorrentes das alterações introduzidas pelas Leis nºs 4-A/2020 de 6.4 e 16/2020 de 29.5), quando, por força da decisão final a proferir no referido procedimento, o arrendatário possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa, situação que tem de ser alegada e provada pelo arrendatário, e apreciada pelo tribunal, por forma a fundamentar a mencionada suspensão, não operando a suspensão em causa ope legis, automaticamente.”

Processo: 601/21.3T8LRS.L1-7

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Relator: Luís Filipe Sousa

Descritores: ARRESTO, PANDEMIA, FACTO NOTÓRIO, JUSTO RECEIO DE PERDA DA GARANTIA PATRIMONIAL, INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Data do acórdão: 13/04/2021

Sumário:

“I. «O requisito do justo receio de perda da garantia patrimonial envolve uma avaliação global dos factos e circunstâncias concretos relativos à situação objetiva e subjetiva do devedor, só podendo considerar-se preenchido quando, perante os elementos fácticos provados, o juiz adquira a convicção de que existe um perigo objetivo, real e concreto, de o crédito não venha a ser satisfeito em sede executiva por falta ou insuficiência de bens penhoráveis (ou sem que essa satisfação exija esforços consideráveis e desproporcionados por parte do credor).»

II. Constitui facto notório que o país atravessa, desde março de 2020, uma situação de pandemia que se reflete negativamente na atividade económica. Todavia, essa repercussão não é igual em todas as atividades, sendo que o setor da construção civil e obras públicas tem-se mostrado resiliente e com um crescimento positivo de 2,5% em 2020.

III. Deste modo, o facto provado nos termos do qual “Atravessamos um período de recessão económica que afeta a generalidade dos setores de atividade” nada de útil nos informa sobre a situação económica concreta e atual da requerida, empresa de construção civil.

IV. A previsão apontada de “risco médio alto de cessar a sua atividade com dívidas por liquidar num prazo de 12 meses”, constante de relatório de informações comerciais sobre a requerida, só colheria solidez se estribado nos concretos contratos que a requerida tenha em execução atualmente, sendo que o relatório em causa é omissivo a esse respeito. O justo receio estriba-se, necessariamente, num perigo concreto e atual, e não em riscos estatísticos.

V. Do incumprimento da obrigação – de per si – não decorre o risco da incobrabilidade do crédito, sendo apenas um elemento a ponderar na avaliação, global e concreta, das circunstâncias de facto justificativas do receio objetivo de perda da garantia patrimonial.”

[Processo: 19222/20.1T8LSB.L1-6](#)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Relator: Maria de Deus Correia

Descritores: GARANTIA BANCÁRIA AUTÓNOMA, ARRENDAMENTO COMERCIAL, RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO, ALTERAÇÃO ANORMAL DAS CIRCUNSTÂNCIAS, COVID 19

Data do acórdão: 08/04/2021

Sumário:

“I-Apesar do regime jurídico da garantia bancária “on first demand” que lhe imprime as características da autonomia e literalidade, a Doutrina e a Jurisprudência têm admitido que, em casos excepcionais, possa ocorrer o recurso a procedimentos cautelares destinados a impedir o banco emitente de pagar, no caso de ter em seu poder prova líquida e inequívoca de fraude ou má-fé.

II-A resolução do contrato por alteração anormal das circunstâncias pode operar-se por declaração extrajudicial à outra parte contratante, dado que está sujeita ao regime geral da categoria em que se integra.

III-O instituto da resolução do contrato por alteração anormal das circunstâncias é uma figura jurídica de carácter geral cuja razão de ser e justificação se aplica a qualquer relação contratual, não havendo qualquer razão para excluir o contrato de arrendamento do respectivo âmbito de aplicação.

IV-A crise pandémica resultante da doença COVID-19 constitui uma situação susceptível de integrar os pressupostos da resolução ou modificação dos contratos por alteração das circunstâncias, nos termos do art.º 437.º do Código Civil.

V-É lícita a resolução do contrato de arrendamento comercial, ao abrigo do disposto no art.º 437.º do CC, por parte do locatário que, após o decretamento do estado de emergência, em março de 2020, durante cinco meses, não conseguiu facturar valor que lhe permita cobrir o valor da renda.”

[Processo n.º 2/21](#)

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO Nº 216/2021

Relator: Conselheiro Lino Rodrigues Ribeiro

Data do acórdão: 14/04/2021

Sumário:

II – Fundamentação

9. O recorrente vem arguir a nulidade do Acórdão n.º 151/2021, prolatado no âmbito dos presentes autos, por entender que o mesmo enferma de «*ambiguidade e obscuridade que torna a decisão ininteligível*». Compulsados os autos, verifica-se, todavia, que o referido Acórdão é claro e não suscita qualquer dúvida. Na verdade, o recorrente não aduz qualquer argumento objetivo que pudesse evidenciar a referida ambiguidade e obscuridade. Mais especificamente, mostra-se de todo desprovida de pertinência a invocação por parte do recorrente dos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 103/2013 e n.º 207/2013.

Como bem referiu o Ministério Público no seu parecer, no primeiro de tais Acórdãos o que estava em causa foi uma notificação do recorrente com vista a que o mesmo respondesse à questão prévia da inadmissibilidade do recurso levantada pelo Ministério Público em sede de contra-alegações, sendo que no segundo não se conheceu do recurso, por inidoneidade do seu objeto. Nenhum dos casos é comparável ao que está em causa nos presentes autos.

[...]

III – Decisão

Pelo exposto, decide-se indeferir a presente arguição de nulidade.